

A REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA EM MARCHA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 18.11.1979

Terminada a revolução de 1964, com a extinção do Ato 5 e a liquidação da aliança das diversas frações das classes dominantes, então formadas, o Brasil vive hoje um processo de ampla reestruturação política. Esta reestruturação tem como bases, de um lado, a necessidade de abertura de espaço político para os trabalhadores e a esquerda em geral, dado óbvio aumento de representatividade que alcançaram, e, de, outro, a evidência de que a burguesia produtiva (industriais, empresários comerciais e agrícolas modernos, engajados diretamente na produção de bens e serviços e no aumento da produtividade), pretende maior poder, em detrimento seja da tecnoburocracia estatal, seja da velha burguesia agrário-mercantil especulativa.

Tanto o caminho em direção à esquerda quanto a tendência à hegemonia da burguesia produtiva, nos quadros de um regime democrático burguês, fazem parte da lógica do processo de acumulação de capital e de modernização acelerada porque passou a sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos. A crise atual revela que as estruturas vigentes, concedendo ainda um poder desproporcional para a burguesia agrário-mercantil decadente, que vive de rendas, de especulação mercantil, imobiliária e financeira, e dos favores governamentais, não mais estão adequadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, e em sentido inverso, demonstra que a tecnoburocracia estatal ascendente assumiu, a partir de 1964, um poder que também é desproporcional ao seu efetivo controle dos processos de trabalho e produção no Brasil.

A crise recente do autoritarismo brasileiro caracterizou-se pelo colapso da aliança firmada em 1964 entre todas as frações da burguesia e a tecnoburocracia estatal, civil e militar. Foi o resultado de um projeto político da burguesia produtiva, que pretendia livrar-se da tutela tecnoburocrática, ao mesmo tempo em que reduzia der da burguesia agrário-mercantil especulativa, e desta forma alcançar uma autonomia e um poder mais compatível com seu significado econômico: Este projeto, entretanto, foi apenas

parcialmente bem sucedido. O autoritarismo foi reduzido, com a eliminação do Ato 5, mas a tecnoburocracia conseguiu manter-se intacta no governo através da designação burocrática para a presidência da República do general João Batista Figueiredo. Embora tivesse um caráter formal de eleição, tratou-se de uma designação burocrática já que a escolha foi realizada hierarquicamente, de cima para baixo, com a cooptação dos demais participantes do primeiro escalão da organização estatal. A alta tecnoburocracia estatal conserva, assim, o comando do Estado, ainda que com seu poder reduzido. Por outro lado, a burguesia agrário-mercantil especulativa manteve sua influência, na medida em que, principalmente a partir de suas bases no Nordeste, conservou o controle do partido governamental, a Arena. Não importa agora discutir as causas do insucesso do projeto burguês. Elas estão ligadas às próprias hesitações da burguesia e à heterogeneidade de suas posições políticas. O certo é que em consequência assistimos a um processo de relativa abertura política, embora sob a égide da mesma tecnoburocracia militar que dirige o país desde 1964.

Este processo obviamente não foi ou não está sendo uma concessão gratuita dessa tecnoburocracia, mas uma conquista da burguesia e dos trabalhadores, dos liberais e da esquerda. E ocorre ao mesmo tempo em que um amplo processo de reestruturação política tem lugar no país, a partir do fato de que as classes dominantes brasileiras- tecnoburocracia e precipuamente a burguesia - estão hoje não apenas perplexas, hesitantes, mas também divididas.

Esta reestruturação política assume um caráter formal através do projeto de reorganização partidária ora em discussão no Congresso. Esse projeto obviamente não é apenas uma estratégia necessária do Governo para tentar contornar a sua profunda falta de legitimidade política, confirmada pelas eleições de novembro de 1978. É também senão principalmente um reflexo da necessidade de rearranjo político, de reestruturação das classes e frações de classes em torno de partidos políticos que surge com o fim da revolução de 1964, a partir da extinção do Ato 5.

A rigor não é apenas a extinção do Ato 5 que marca o final da revolução de 1964. A aliança de classes estabelecida nessa época já vinha se rompendo desde 1975. Por outro lado, conforme descrição de dois economistas oficiais do regime então instalados, escrevendo ainda em plena vigência do “milagre”, os problemas econômicos fundamentais que a revolução de 1964 enfrentou ao chegar ao poder e “resolveu” eram:

aumento das taxas de inflação, desequilíbrio do balanço de pagamentos, déficit do orçamentário de mais de 4% do produto bruto, aumento das reivindicações salariais, desaceleração econômica. (Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos, A Nova Economia Brasileira, 1974). Ora, se alguns desses problemas foram de fato contornados durante um certo tempo no Brasil, graças a uma conjugação de fatores favoráveis, inclusive a possibilidade política de descarregar sobre os trabalhadores o principal ônus tanto da política antiinflacionária quanto do projeto de aumento da taxa de acumulação, hoje eles ressurgem com maior intensidade. Se acrescentarmos àquela listagem de problemas o agravamento da concentração de renda e o aumento dramático do índice de endividamento externo, teremos a descrição perfeita das possibilidades econômicas da hora presente. Apenas com a diferença que, agora, está muito claro para todos que qualquer recurso ao autoritarismo não encaminharia a solução da crise brasileira, mas só a agravaria.

Novamente a solução da crise econômica e social deverá ser encontrada principalmente através de uma reestruturação política. Mas essa reestruturação só poderá ser democrática, na medida em que só uma reestruturação desse tipo garantirá ao novo bloco histórico em formação legitimidade, apoio na sociedade civil. Em 1964 e 1968 foi possível a formação de um bloco histórico autoritário porque a radicalização da esquerda e da direita permitiu ou mesmo conduziu a burguesia produtiva e a especulativa e as empresas multinacionais a se unirem solidamente com a tecnoburocracia estatal.

Hoje não existe radicalização da esquerda, as reivindicações salariais ressurgiram, mas mantém-se dentro de níveis perfeitamente aceitáveis, a burguesia está segura de sua hegemonia política e ideológica. Suficientemente segura para não admitir, da mesma que os trabalhadores, qualquer tentativa de restauração de um sistema autoritário. Mas também suficientemente segura para se permitir esta dividida e perplexa.

É dentro desse quadro que a reestruturação política deverá ocorrer. Seu sentido natural aponta na direção da esquerda e da burguesia liberal, seja pelo caráter pendular da história no curto prazo, seja pela tendência secular à maior participação dos trabalhadores na vida política do país. O bloco político da revolução de 1964 era dominado pelos elementos autoritários e de direita. O novo bloco histórico poderá ser marcado pela burguesia liberal e pela esquerda democrática.

Os representantes do Governo trabalham incessantemente contra essa tendência. A extinção do MDB é uma das bases de sua estratégia autoritária. Mas mesmo que essa extinção ocorra, como parece provável, nada indica que a estratégia terá êxito. Pelo contrário, dependendo um pouco da habilidade e da capacidade de compromisso dos líderes da oposição, tudo indica que será possível conquistar o poder no Brasil em nome da democracia e de uma distribuição de renda radicalmente mais justa, ou seja, através da aliança da burguesia liberal com os socialistas democráticos.

Não é por acaso que elementos entre os mais conservadores do partido do governo se declaram “social-democratas”. O Brasil caminhou na direção da esquerda e os políticos percebem este fato procurando a ele se ajustar. Este processo obviamente, não foi radical. A burguesia produtiva dominante entre a direita liberal, e fortemente influente dentro da esquerda democrática, vai assumindo firmemente a hegemonia política nesse país. O caminho em direção à esquerda e à redemocratização, que caracteriza a reestruturação política em marcha hoje no Brasil, passa, curiosamente, pelo aumento do poder da burguesia produtiva, em prejuízo da burguesia especulativa e da tecnoburocracia estatal.(18/11)

(Este artigo será seguido de “O sentido da Reestruturação Política”, em que examinaremos as diversas tendências Ideológicas presentes no atual processo de reestruturação política do país).